

CONTRIBUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA A FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO ALUNO REFLEXÃO DE UMA PROFESSORA — EXPERIMENTADORA DOS NOVOS PROGRAMAS Dulce Sá Silva

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Observa-
tório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos

Introdução

Numa sociedade de informação os saberes rapidamente se tornam ultrapassados, os conhecimentos provisórios. Nestas condições de extrema instabilidade, há que definir/reencontrar determinados valores e pontos de ancoragem suficientemente abrangentes e permeáveis, a fim de proporcionar aos jovens/alunos uma certa segurança num percurso atravessado por sucessivos obstáculos e crises...

De acordo com as novas perspectivas traçadas pela reforma educativa e pelos novos programas, pressupõe-se um alargamento das experiências dos jovens/alunos para a criação e desenvolvimento crítico, para um enriquecimento dos seus horizontes culturais, num desejo continuado de conhecimento. A consecução destes objectivos relaciona-se directa e decisivamente com o professor e a predisposição para ensinar, a atmosfera e as directivas por ele imprimidas nas suas aulas. Uma escola virada para o futuro (entendendo-se esta como espaço de partilha de conhecimentos entre docentes e discentes) terá de promover no âmbito das suas actividades a inserção da instituição escolar no meio envolvente, procurando evitar o desfasamento entre a realidade social e os estabelecimentos de ensino. Para isso terá que ter um projecto educativo com objectivos específicos, alicerçado sobre uma autêntica relação pedagógica reflexiva entre todos os membros da comunidade educativa e que tenha uma vertente social, educando para a liberdade, para a justiça, para a responsabilidade e para a paz.

Considero que é essencial à educação a necessidade de a pessoa mobilizar os seus conhecimentos de forma articulada com os valores que, racionalmente, é capaz de defender no sentido de uma intervenção eficaz, com propósitos definidos e com significado. A escola deverá ser, cada vez mais, um espaço de pensamento, de decisão, de reflexão crítica e de liberdade e não se limitar a ser veículo de transmissão de saberes. Como refere Reimão (1994: 394): "*Cabe ao educador de hoje, neste mundo em contínua mudança, o desempenho, no terreno, deste papel crucial: assumir a sua missão de formador, construindo uma escola que seja uma autêntica comunidade, criando rupturas com o passado, mas assimilando dele o assimilável, projectando-se no futuro*".

Consciente de que existem no programa de Língua Portuguesa, 3º ciclo do ensino básico, valores como a responsabilidade, autonomia, sentido crítico, tolerância, criatividade..., pareceu-me pertinente esclarecer em que medida compete ao professor, fundamentalmente, o papel de preventor, gestor e promotor destes valores nas suas aulas e com os alunos das suas turmas, já que deles tantas vezes depende a natureza das relações humanas e da formação pessoal e social. Estudos efectuados no seguimento de Kohlberg propõem que o currículo escolar seja desenvolvido tendo subjacente a preocupação pelo crescimento moral da criança: "a escola é educação moral e os professores são educadores morais" (Hersh *et al.*, 1984). Landsheere e Landsheere (1981)

alertam-nos para a impossibilidade da dissociação entre o cognitivo e o afectivo, concluindo pelo papel modelador da escola na afectividade.

Mas é do conhecimento de todos nós que as reformas vão passando e que muitos professores continuam a utilizar os mesmos métodos e a proceder da mesma forma que sempre procederam.

Algumas sugestões

A actual Reforma Curricular do ensino básico procura dar resposta a algumas das exigências da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) e ocorre no momento em que parece manifestar-se uma alteração dos valores da sociedade portuguesa. Apresentada já, algumas vezes, como um dos aspectos mais inovadores da referida reforma, a formação pessoal e social aparece quase como uma meta da educação em Portugal cujos objectivos ultrapassam todas as disciplinas, para atingir o “auge”, principalmente, na disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social.

Tanto a Lei de Bases do Sistema Educativo como os programas do ensino básico apontam para a defesa de um conjunto de valores sócio-morais que colocam em igualdade de importância o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento moral. No Artº. 2º desta mesma Lei ao ler-se os princípios gerais 3, 4 e 5 pode-se verificar que encontramos um perfil do cidadão a formar, tendo em conta “*as necessidades resultantes da realidade social*” em que vivemos, sendo acentuados os valores universais como a tolerância, a autonomia, a solidariedade, a liberdade, o respeito pelos outros e o espírito crítico.

As nossas escolas têm tendência para apresentar um modelo de aprendizagem focalizado basicamente em conteúdos de índole científica e técnica, ministrados por professores especializados e não formados na área de formação pessoal e social, acabando, na generalidade, por transmitir os conhecimentos de forma impessoal, faltando-lhes o envolvimento afectivo que pode tornar os temas a tratar bem mais aliciantes para o aluno. Não nos podemos esquecer das funções da Escola: “*Cabe à Escola a preparação das novas gerações para a vida. Isto é, a Escola proporciona a aquisição de saberes e de competências que asseguram o desenvolvimento integrado dos jovens alunos e a sua participação no progresso da sociedade. (...) A Escola é, por excelência, a instituição social que tem de criar condições para que os alunos realizem aprendizagens: aprendam a saber, a saber-fazer, a saber-ser e a saber-estar.*” (AA.VV., 1991: 1).

Assim, este artigo procurou responder a algumas perguntas, que se seguem:

- Será o programa de Língua Portuguesa, do 3º ciclo do ensino básico, espertilhador e intransigente?
- Ou permitirá não só a construção do saber por parte do aluno mas igualmente a consciencialização da responsabilidade, a

liberdade, a autonomia, a tolerância, a solidariedade e o desenvolvimento do espírito crítico?

- Será o professor de Língua Portuguesa capaz de fazer do jovem/aluno um ser “único”, integrador de conhecimentos, pronto a intervir de forma positiva na sociedade que o rodeia?
- Serão as actividades, que se realizam nas aulas e a prática lectiva mais utilizada, transmissoras de uma educação de valores?

Justificação da reflexão

A escolha do tema do presente artigo – um contributo da Língua Portuguesa para a formação pessoal e social do aluno – decorreu da minha experiência como professora experimentadora dos novos programas de Língua Portuguesa do 3º ciclo do ensino básico e de querer saber como estes programas contribuem, efectivamente, para promover cidadãos melhores e pessoas preocupadas com a justiça e o bem. Querendo dar um contributo para esta formação integral, foi objectivo desta reflexão demonstrar que a prática pedagógica é uma componente importante, pois é através dela que se faz a integração dos conteúdos do programa, preparando e construindo seres afectuosos e intervenientes, livres e responsáveis, autónomos e solidários, isto é, Pessoas na verdadeira acepção da palavra.

Temos de estar conscientes que os valores universais como a tolerância, a solidariedade, a liberdade, a autonomia, o respeito pelos outros e o espírito crítico não podem ser objecto de um ensino directo, através de lições de moral ou de leitura de textos.

Tais métodos, sendo úteis, são insuficientes. O cerne da questão reside no ambiente educativo da sala de aula, envolvendo os alunos em tarefas de responsabilidade social onde tenham de manifestar apreço por tais conceitos. Assim, o conteúdo da educação deve ir para além da transmissão de conteúdos académicos e de desenvolvimento de capacidades intelectuais, pois é no currículo oculto que o professor sugere atitudes sociais e clarifica valores, ou seja, é na relação directa e real com os colegas e professor, na sala de aula, que o aluno deverá ser educado para os valores. Em qualquer local de trabalho é indispensável que se desenvolva um clima de confiança onde impere o respeito mútuo. Este exige que se aceitem as diferenças pessoais e culturais dos nossos parceiros, que se aceite o Outro.

Alguns dos conteúdos programáticos podem/devem ser leccionados usando práticas pedagógicas abertas e dialogantes. A abordagem problematizada de conteúdos, o debate de assuntos proporcionando o conflito cognitivo, os contactos com o meio, a biblioteca de turma, as dramatizações, os trabalhos em grupo, a pesquisa, a análise de conteúdo de informação veiculada pela comunicação social, têm sido metodologias utilizadas, por alguns professores, com vista à apropriação dos saberes e ao desenvolvimento de valores e atitudes.

A pedagogia implementada pela Reforma Educativa considera essenciais o papel activo do aluno e condições para um trabalho com autonomia apoiada. As situações-problema estimulam a iniciativa, o sentido crítico, a capacidade de decisão. Se o conhecimento dessas dificuldades permitisse ao poder central encontrar soluções, ou na escola, consciencializar alguns professores de Língua Portuguesa para a riqueza da educação de valores, ficaria mais convicta da importância deste estudo.

Se, citando Ausubel (1980: 381) "*a escola tem importante responsabilidade em relação aos aspectos morais, emocionais e sociais do desenvolvimento dos alunos*", assumamos também nós, professores, a responsabilidade que nos cabe, contribuindo não só na construção do *saber* mas também na do *ser* dos nossos alunos.

Reflexão sobre o programa e práticas lectivas

A indispensabilidade da presença da Língua Materna no currículo formal é óbvia, não apenas no que respeita ao 3º ciclo, mas extensivamente a etapas de ensino-aprendizagem anteriores e/ou posteriores – seja a sua origem marcadamente humanística ou científica. O conhecimento concreto da Língua Materna, facultado pelo currículo escolar, decerto proporciona aos alunos a aquisição de níveis cognitivos e verbais cada vez mais complexos, processando-se esta através do desenvolvimento das suas aptidões básicas de comunicação.

A presença curricular da Língua Materna numa área funcional de objectivos da educação e da preparação para a vida activa, apela obviamente para um processo formativo que passa necessariamente pela "*aquisição de noções, métodos e instrumentos de trabalho fundamentais, nas áreas essenciais do saber e do saber fazer, a par com a formação cívica e moral, orientadas para o desenvolvimento de atitudes activas e conscientes perante a comunidade*" (Organização e Desenvolvimento Curricular e Programas – Vol. I).

O programa de Língua Portuguesa é um projecto complexo, através do qual se estipulam objectivos em consonância com os valores de diferente índole, estabelecendo uma base organizada para a posterior concretização das actividades de aprendizagem, destacando as características mais relevantes nesse mesmo processo de ensino-aprendizagem.

O currículo deve ser suficientemente flexível para se aceitar a mudança conduzindo-a num sentido humano: formar Pessoas capazes de aprender a viver autónoma e criticamente num mundo de mudança.

Os alunos terminam o ensino básico, muitas vezes, sem terem consciência de que a escrita é um sistema convencional regido por leis de vária ordem. Por isso, têm muitas dificuldades na produção de textos e os erros ortográficos são muito frequentes. Estas dificuldades não se fazem sentir só ao nível da produção, mas também da recepção. O reconhecimento de uma palavra nem sempre é automático para que a sua descodificação se materialize numa grafia correcta ou num

entendimento imediato. No fundo, trata-se de ver a aula de Língua Portuguesa como um espaço laboratorial, de experimentação, de formulação de hipóteses, enfim, de tratamento da Língua como um organismo vivo.

Muito importante também é fazer com que os exercícios formulados funcionem enquanto prática do desenvolvimento cognitivo. Os processos de operacionalização propostos no programa foram, na modalidade ler, a organização e classificação da informação em ficheiros (de biblioteca de turma, de gramática, de sugestões para a escrita), em glossários/vocabulários e/ou em gramáticas, prontuários e dicionários, para a resolução de problemas linguísticos suscitados pelos textos. Finalmente, na modalidade funcionamento da língua-análise e reflexão, os processos de operacionalização ligaram-se à distinção e identificação de diferentes classes de palavras, à resolução de problemas ortográficos e de interpretação, recorrendo à análise dos processos de formação de palavras, ao estabelecimento de relações de forma e de sentido entre palavras (palavras parónimas e homónimas), nomeadamente em termos de distinção, em contextos de palavras parónimas e homónimas, sendo que este último processo de operacionalização vem indicado apenas para o 7º ano de escolaridade. No 8º ano pretende-se verificar os significados múltiplos de uma palavra de acordo com o contexto (polissemia).

Relativamente aos processos de operacionalização propostos, penso que se trata mais de objectivos do que de processos. No fundo, não dão qualquer indicação prática para tratar este assunto na sala de aula. No entanto, e em relação ao último processo de operacionalização referido, verifica-se que há uma progressão lógica, no sentido em que se parte do "mais fácil" para o mais complexo. Assim, pareceu-me natural que no 7º ano se peça apenas a distinção entre palavras parónimas e homónimas e, no 8º, adquiridos já estes conceitos, sugere-se aos alunos uma noção de polissemia dentro de um contexto.

De acordo com a Reforma do Sistema Educativo, supõe-se que a partir dos novos tempos de mudança a Escola (entendendo-se esta como espaço de partilha de conhecimentos entre docentes e discentes) promova no âmbito das suas actividades a inserção da instituição escolar no meio envolvente, procurando evitar o desfasamento entre a realidade social e os estabelecimentos de ensino, que até então se vinha a sentir.

Seja como for, houve um nítido alargamento de horizontes, já não se pretende uma escola "fechada", mas uma Escola em contacto com as realidades circundantes e uma interacção entre a teoria e a prática. Este alargamento, que se prevê bastante profícuo, supõe como pilar básico um ensino centrado nos alunos, visto que são elementos participantes na construção do seu próprio saber. Pela mudança que está a ser implementada, pretende-se combater certos desfasamentos até então bastante prejudiciais aos alunos.

O trabalho de grupo desenvolve um saber autónomo, estimula a criatividade e a curiosidade, bem como o espírito de iniciativa e a capaci-

dade de tomar decisões, desenvolvendo nos alunos o sentido da autode-terminação, tolerância e independência. É muito importante para a integração social dos indivíduos, porque funciona a um nível reduzido, como em sociedade e serve para partilhar um fundo comum de conhecimentos e ideias. Uma das vantagens do trabalho de grupo é o estímulo à participação de todos, mesmo dos que possam ser mais tímidos, além de desenvolver o sujeito pela opinião do grupo e da solidariedade.

O grupo é fundamental para um desenvolvimento sócio-afectivo do adolescente. É um espaço privilegiado para o aluno desenvolver o seu espírito crítico, dar a sua opinião, aprender a partilhar conhecimentos e ideias e aprofundar a discussão de temas. O grupo é fundamental na socialização do indivíduo, como primeiro espaço onde aprende a respeitar as regras, que surgem nas relações inter-grupais e também no respeito pela individualidade dos seus elementos.

À guisa de conclusão

O professor deverá, pois, estar muito atento ao trabalho que se desenvolve dentro da sala de aula. Deve informar, explicar, observar e reconhecer as diferenças entre os indivíduos e entre os grupos. Poderá, então, perguntar a si próprio o que faz exactamente para permitir que o grupo se torne mais independente, como encorajar o desenvolvimento individual de cada um dos alunos, sem deixar de lhes ensinar o valor da consideração pelos outros.

Os alunos nunca poderão aprender, simplesmente, a ler livros ou a escutar lições, mas somente pelo trabalho com os outros que completa o trabalho individual. A dinamização de partilha de experiências e de informações pode marcar o esforço conjunto para superar as dificuldades concretas que surgem no quotidiano, e constituir uma grande ajuda para a construção do "eu" de cada aluno, para o desenvolvimento das potencialidades individuais ou de grupo. Os comportamentos radicam necessariamente em valores e os conhecimentos que podem influenciar um indivíduo são aqueles que ele descobre por si próprio e dos quais se apropria.

Jovens mais informados, mais conscientes, mais intervenientes, mais autónomos, fazem valer os seus pontos de vista, rompendo as barreiras isolacionistas dos sistemas. O novo aluno será um cidadão com iniciativa, apto a resolver situações complexas e problemáticas, desejando atingir a ordem social, moral, afectiva... respeitando uma verdadeira liberdade. Este aluno será, então, fruto do verdadeiro desenvolvimento integral, no sentido de integrado e não justaposto. Mais facilmente tomará consciência das suas necessidades, dos seus direitos, dos seus deveres... dos seus valores numa autonomização para o EU, o OUTRO e o MUNDO.

A mudança constante obriga-nos a aprender e a reaprender de forma permanente ao longo da vida. Espero, pois, com esta reflexão, ter

dado um contributo para a formação pessoal e social do aluno. Se tiver alguma aplicabilidade, *mutatis mutandis*, nos professores e, especialmente, nos de Língua Portuguesa, para mim será uma gratificação suplementar.

Referências bibliográficas

- AUSUBEL, D. P., NOVAK, J. D. e HANESIAN, H. (1980) *Psicologia Educacional*, 2ªed., Interamericana, Rio de Janeiro.
- AA.VV. (1991) *Guia do Professor de Língua Portuguesa*, I vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- REIMÃO, C. (1994) Cultura e Formação Educativa. *Brotéria*. 138, pp. 393-406.
- HERSH, R., et al. (1984) *El crecimiento Moral: de Piaget a Kohlberg*, Narcea, S. A. Ediciones, Madrid.
- OCDE (1989) *O Ensino na Sociedade Moderna*, Edições Asa, Rio Tinto.
- LANDSHEERE, G., LANDSHEERE, V. (1981) *Definir os Objectivos da Educação*, Moraes Editores, Lisboa.
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, DGEBS (1991) *Programa de Língua Portuguesa – Ensino Básico*, 3º ciclo, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, E. P., vol. I e II, Lisboa.
- LEI DE BASES nº 46/86, de 14 de Outubro.